

18º Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)

26 a 29 de julho de 2017, Brasília (DF).

GT09: Pensamento Social no Brasil

Teoria da Dependência e Construção da Democracia no Brasil Pós-Ditadura: o aporte de FHC.

José Antonio Spinelli (Spinelli Lindozo) (UFRN)

Lara Lanny de Oliveira Silva (UFRN)

Nosso foco específico nesse trabalho é estudar a contribuição de Fernando Henrique Cardoso exposta em seus artigos no Jornal Opinião, debatendo a perspectiva de (re)construção da democracia num momento em que a ditadura começava a perder força em setores importantes da sociedade civil e ensaiava uma retirada cautelosa, preservando privilégios e tentando rearticular o mesmo bloco de poder conservador que governara desde o golpe de Estado de 1964, fazendo concessões que sinalizassem para um Estado de Direito com democracia restringida.

Pretendemos discutir criticamente a forma como o referido articulista mobilizou determinados esquemas teóricos e políticos para abordar a estratégia de construção de uma nova democracia no Brasil a partir da crise da ditadura militar-empresarial-burocrática¹.

Nesse sentido, vamos identificar nas matérias coletadas a problemática do articulista e verificar seu substrato teórico e as categorias analíticas que utiliza, comparando a produção teórico-jornalística do autor com sua produção acadêmica no período aproximadamente estudado. Nessa medida, daremos relevo a categorias estratégicas, como capitalismo dependente, democracia liberal, democracia participativa, ditadura, autoritarismo, autoritarismo-burocrático e outras.

A escolha desse intelectual se justifica principalmente porque o mesmo construiu temática bem definida acerca: a) das reais possibilidades de uma transição democrática; b) do papel dos atores políticos envolvidos na trama da transição: dirigentes do regime, oposição legal, oposição clandestina, partido oficial do regime e outros; e, c) em seus artigos, o autor revela uma preocupação em qualificar a nova ordem democrática que o país deveria construir, assumindo uma postura propositiva.

Ademais, sua contribuição se estende por todo o período em que o jornal circulou e percebe-se que os conjuntos dos seus artigos dialogam entre si, estabelecendo afinidades e dissonâncias que dizem respeito a questões cruciais: Qual democracia? Qual a natureza do regime vigente? Que reformas políticas são prioritárias? Quem são os atores relevantes? E envolvem embates teóricos no

¹ Essa designação é adotada por R. A. Dreifuss (1981) e me parece mais adequada do que “ditadura civil-militar”, regime “autoritário-burocrático” ou simplesmente “regime autoritário” (adotadas por F. H. Cardoso, F. C. Weffort, G. O'Donnell, Philippe Schmitter, Juan Linz, Alfred Stepan e outros).

âmbito da Ciência Política e da Sociologia: O que é autoritarismo? O que é ditadura? O que é democracia? Qual a natureza do capitalismo dependente?

Nossa hipótese central é que F. H. Cardoso travou um combate teórico-político e ideológico contra a estratégia liberal-autoritária e elitista do regime e propôs, sem romper com os cânones do liberalismo, uma saída que apelava tanto às elites (empresários, militares, dirigentes partidários, intelectuais críticos, segmentos de esquerda) como aos segmentos populares e de classe média para arquitetar um novo bloco de poder com uma base social mais alargada e com protagonismo popular mais direto. Nesse sentido, independentemente de suas intenções, seus aportes contribuíram para a continuidade da hegemonia burguesa em nosso país em bases intelectuais renovadas.

Recolhemos os artigos do autor apontado e identificando o núcleo temático de suas contribuições para, em seguida, a partir de uma abordagem analítica, distinguir as categorias conceituais e políticas com as quais trabalhou e o universo teórico (e teórico-ideológico) mais amplo no qual se situou, avaliando o significado de sua contribuição.

Para tanto, foi realizada pesquisa documental na coleção do Jornal Opinião (recolhida na coleção particular do autor) referente a todo o período da existência do Jornal (1972-1977), selecionando especificamente os artigos do autor supracitado. Identificamos os núcleos temáticos abordados pelo articulista em diferentes momentos, as referências teóricas utilizadas através de citações de autores e de conceitos com os quais trabalhou, e as opções políticas que este intelectual fez em vista da conjuntura profundamente cambiante e desafiadora que enfrentou.

A pesquisa nos artigos publicados no Jornal Opinião foi complementada por uma análise comparativa com as obras contemporâneas do próprio acadêmico autor das análises de conjuntura no Jornal e de obras contemporâneas de autores relevantes. De um ponto vista mais estritamente teórico vamos abordar certas categorias conceituais estratégicas para discutir criticamente o aporte do autor. Nesse sentido, não se trata de discutir abstratamente conceitos isolados, mas de apontar a problemática do autor e o conjunto de noções que mobiliza para avaliar criticamente o significado de suas contribuições. Já se disse que o Jornal Opinião ofereceu à oposição contra a ditadura as armas com as quais empreendeu a difícil transição para a democracia. Talvez haja exagero nesse diagnóstico, mas é inegável que o Jornal Opinião, congregando intelectuais e jornalistas que iam da esquerda ao

campo liberal, constituiu uma frente importante e qualificada que dialogou com um público intelectualizado, majoritariamente de classe média, e deu alento à luta de resistência contra o regime ditatorial (Kucinski, 1991; Almeida, 1992; Kenski, 1990).

Opinião desempenhou um importante papel na condução da luta democrática pelo fim da ditadura e restauração das instituições democráticas no Brasil no pós-1964. Sua circulação era nacional e concorria com as principais revistas semanais daquele período, chegando a vender, em seu auge comercial, 36 mil exemplares. Um feito extraordinário para uma publicação alternativa que fazia oposição aberta ao regime.

Considerado por muitos analistas o mais importante jornal alternativo dos “anos de chumbo”, Opinião destacava-se por seu elevado nível cultural e o peso intelectual de seus colaboradores. Em suas páginas escreveram intelectuais, ativistas políticos, jornalistas, cientistas e outros. Figuras como Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, Paul Singer, economistas críticos, contribuía para o jornal. Destacados opositores do regime, como o cardeal D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo; D. Pedro Casaldáliga, Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia; o sociólogo Luciano Martins e o jornalista especializado em economia Dirceu Brisola, também foram colaboradores do Jornal Opinião.

O fato de ser um jornal de “frente” permitiu ao Opinião acolher contribuições heterogêneas no que diz respeito às posições teóricas e político-ideológicas. Obviamente há diferenças marcantes entre seus articulistas, mesmo no caso do pequeno grupo que vinha das lides acadêmicas da Universidade de São Paulo (USP). Nesse sentido, é necessário consignar que F. H. Cardoso defende, de forma consistente, uma pauta liberal de corte mais clássico, certamente inspirado em Montesquieu e nos Federalistas.

O grupo de intelectuais uspianos que colaborou no Jornal Opinião praticou um tipo de periodismo que talvez possa ser chamado de “jornalismo teórico-político”, para usar uma expressão do filósofo francês Jacques Texier (2005, p. 17), em contexto bastante diverso. Com essa observação quero chamar atenção para um tipo de produção em que os autores, seguindo padrões distintos tanto da academia (com seus rigores metodológicos), como do jornalismo (muitas vezes voltado para o imediatismo do cotidiano) exercem um tipo de ensaísmo curto, articulado à conjuntura política do dia, recorrendo, contudo, a categorias das Ciências Sociais e exercitando a imaginação criadora. Tais intelectuais já exibiam uma carreira

acadêmica reconhecida, antes de se envolverem nas lides do jornalismo político. F. H. Cardoso e Francisco Correa Weffort, os mais velhos, eram os que tinham obra mais consistente.

Fernando Henrique Cardoso

Quando começou a colaborar no *Opinião*, Cardoso já tinha publicado trabalhos importantes, entre os quais, um livro originado em sua tese de doutorado orientada por Florestan Fernandes, em que analisava as especificidades do escravismo na Região Sul do Brasil (1977 [1961]), e, sobretudo, um livro de grande repercussão internacional (não necessariamente o seu melhor trabalho), em colaboração com Enzo Falletto (1970 [1969]), que reinterpretava as transformações recentes do capitalismo na América Latina, numa tentativa proclamada de superar as limitações da abordagem da Cepal e das teorias marxistas correntes. Durante sua colaboração com o *Jornal Opinião* publicou outros trabalhos e muitos artigos em periódicos e coletâneas. Suas matérias veiculadas no *Jornal Opinião* dialogavam com as teorias expostas em suas obras do período.

Pelo conjunto da sua obra e de sua carreira acadêmica e política (foi sociólogo, cientista político, fundador de um partido e presidente da República) F. H. Cardoso foi, ao mesmo tempo, o teórico e o ideólogo do capitalismo dependente-associado. J. C. Reis (2001) o alinha na tradição dos pensadores que visualizam o Brasil na perspectiva da mudança, da ruptura, da modernização. No entanto, FHC também pode ser alinhado entre os adeptos da continuidade, o que o aproximaria a um Gilberto Freyre. Vejamos: após reconciliar os pares dependência/desenvolvimento e atraso/modernização, ele enfoca o "autoritarismo" como um ponto fora da curva, um desvio no processo de modernização societária, para o qual a ditadura dera sua contribuição, "aprofundando" a industrialização e consolidando uma estrutura de classes avançada. Sua recusa em usar a expressão "ditadura" ² e em reconhecer os traços fascistas da ditadura militar-empresarial-burocrática brasileira é um sintoma dessa visão de certa forma "amistosa" em relação ao regime.

Essa operação intelectual se faz, entretanto, com a mobilização de um sofisticado aparato de conceitos e noções das Ciências Sociais. Cardoso recusa a

² Florestan Fernandes (1979) polemizou com o conceito de autoritarismo, contrapondo-lhe a noção clássica de ditadura.

visão economicista segundo a qual há uma relação necessária entre as necessidades do processo de acumulação do capital e a forma do regime político, evitando desvios economicistas como os cometidos pelo sociólogo argentino Guillermo O'Donnell (1987), para citar um exemplo. Para justificar sua recusa ele faz uma distinção entre forma do Estado e forma do regime.

Enquanto a forma do Estado diz respeito ao “pacto de domínio” que garante ao mesmo tempo a aliança das classes e frações dominantes e a subordinação das classes dominadas, a forma do regime diz respeito às regras formais que ligam as instituições políticas entre si e estabelecem os laços entre cidadãos e governantes.

Assim, uma mesma forma de Estado (capitalista e dependente, no caso da América Latina) “pode coexistir com uma grande variedade de regimes políticos: autoritário, fascista, corporativista e até democrático” (CARDOSO, 1982, p. 47). Não há dúvida de que o autor tem razão nesse sentido preciso: o capitalismo tem historicamente demonstrado grande flexibilidade no que diz respeito à forma dos regimes políticos. Isso é válido tanto para os países capitalistas desenvolvidos como para a periferia atrasada ou dependente.

Nessa medida, a democratização do regime, ou a transição para a democracia não envolveria necessariamente uma mudança das relações de produção ou do “modelo econômico” do regime. Ou, em termos mais radicais, não passaria necessariamente por uma revolução, como desejavam, até meados dos anos 1970, muitos grupos da esquerda (tanto a que pegava em armas como a que propunha um caminho pacífico). Ao contrário disso, a transição seria possível (e desejável, na perspectiva cardosiana) para colocar o Brasil nos trilhos da democracia, abrindo-se possibilidades de transformação social sem rupturas revolucionárias.

Entretanto, F. H. Cardoso vai mais longe em seu rompimento teórico com o marxismo, mesmo que se admita que o seu marxismo tinha uma composição eclética, mesclando categorias weberianas com categorias marxistas³. O weberomarxismo (expressão utilizada por Löwy, entre outros), em suas diversas configurações, recolheu de Max Weber o conteúdo crítico presente em sua abordagem do processo de racionalização na civilização ocidental (o

³ O tema do marxismo weberiano tem sido objeto de análises por inúmeros autores, entre os quais, Michael Löwy (2014) aborda a questão do weberomarxismo, apontando as convergências entre o marxismo e o weberianismo nas obras de G. Lukács, de Mariátegui e da Escola de Frankfurt.

“desencantamento do mundo”), porém Todavia, em seus artigos no Jornal Opinião (e com todas as cautelas que devemos ter para trabalhos que eram dirigidos ao grande público e enfrentavam a vigilância da censura) transparece mais claramente uma incorporação do paradigma funcionalista em Sociologia e do enfoque hegemônico na Ciência Política, sobretudo norte-americana. É com esse significado que a noção de classes sociais foi substituída pela de grupos de interesses; as lutas de classes por conflitos de interesses ou por representações de interesses e o Estado moderno [burguês, supostamente] é concebido como a instância que acolhe e estabiliza os conflitos e os institucionaliza, tornando-os permanentes. Tem-se, portanto, a perspectiva de uma democracia liberal sem fim.

A categoria imperialismo, tão cara ao marxismo em suas variadas configurações, é supérflua na análise de Cardoso, comparecendo raramente e de forma incidental. Não se trata apenas de um rodeio para burlar a censura, mas de uma escolha teórica e política. Teóricos da dependência, como Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Teotônio dos Santos, incorporam claramente a noção de imperialismo. Ele a abandona, justamente sob o argumento de que já não se trata de um entrave ao desenvolvimento. Assim, cabe apenas exercer, a partir da sociedade civil, certo controle sobre as empresas multinacionais e discutir seu papel no processo de desenvolvimento.

Em sua análise do “sistema autoritário” F. H. Cardoso lança mão da noção de “anéis político-burocráticos” para dar conta da solidarização dos interesses privados das grandes empresas multinacionais e brasileiras com os interesses da burocracia do aparato estatal e das grandes empresas estatais, convertendo-se numa aliança poderosa que substitui o pacto democrático e os partidos da democracia representativa⁴.

Esses “anéis burocráticos” ou político-burocráticos são um arranjo próprio ao capitalismo hiperdesenvolvido e expressam a aliança de interesses do capital multinacional-associado (conforme a terminologia do próprio Cardoso) e os setores da elite burocrática dos novos aparatos estatais empresariais. Lenine (1979) já havia observado que o capitalismo monopolista, em sua fase imperialista, incrementa esse encontro de interesses entre burocracias privadas das grandes corporações e as elites da burocracia estatal.

⁴ Opinião nº 9, A esfinge fantasiada, 01 a 08/01/1973. Vide Cardoso (1974).

A novidade, nesse caso, consistiria no fato de uma parte da elite estatal (a corporação militar) ter assumido diretamente o comando do Estado político, estabelecendo ao mesmo tempo uma aliança e uma competição com o setor privado. Assim, o “nacionalismo” da corporação militar, introduziria uma tensão no interior dos “anéis político-burocráticos”.

Isso teria se manifestado no caso do acordo nuclear com a Alemanha, durante o governo Geisel (1974-1979); na elaboração, por parte do governo, do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), previsto para durar dez anos, o qual conferia papel destacado à empresa estatal; e na campanha “contra a estatização da economia”, encampada por grandes veículos da imprensa conservadora depois de 1974.

O texto jornalístico de Cardoso no *Jornal Opinião* comporta no geral dois momentos distintos: no primeiro, em plena era Médici, o pessimismo reponta sob um tom amargo, exibindo ao mesmo tempo uma análise crítica rigorosa do regime, apresentado como uma ditadura autoritária, burocrática, centralizada, fechada e incapaz de se autorreformular⁵. No momento seguinte (governo Geisel), Cardoso parece ver possibilidades de uma transição negociada para a democracia a partir de uma autorreforma do sistema autoritário que reintroduza o *habeas corpus*, a autonomia do Judiciário, a liberdade de informação, de organização partidária e outras.

No entanto, mesmo no caso de uma transição negociada⁶ F. H. Cardoso coloca a exigência de reformas prévias, advertindo que a institucionalização do regime não deve ser confundida com democratização. Numa clara referência à doutrina constitucionalista-liberal, ele afirma que a democratização remete “à teoria da representatividade, de autonomia e de controle dos poderes”. Os caminhos para chegar à democracia, passam pela “questão da representatividade, dos partidos, dos tribunais, dos direitos civis”⁷. Pouco adiante, escrevendo sobre a questão dos partidos e exigindo uma reforma partidária autêntica, dirá que no Estado democrático o conflito político deve ser “a expressão de choques de interesses sociais”⁸. Qualificando o regime democrático, ele repisa questões, insistindo de

⁵ Opinião nº 4, 27/11 a 04/12/1972, “Uma austera, apagada e vil tristeza”. Cardoso reproduz no título do artigo uma frase de Luís de Camões.

⁶ Conforme nos adverte Paramio (1989), existem dois modelos básicos de transição de regimes autoritários para a democracia: os que ocorrem por ruptura (caso argentino) ou por negociação (caso espanhol).

⁷ “A democracia do professor Huntington”, Opinião nº 94, 26/08/1974.

⁸ “Reforma partidária”, Opinião nº 126, 04/04/1975.

forma veemente que um regime desse tipo tem como premissas básicas o respeito aos direitos civis, às liberdades individuais e aos direitos de associação. O corolário disso é a divisão dos poderes em esferas autônomas, a defesa dos direitos civis a independência e autonomia do Judiciário, a restauração do *habeas corpus* e a liberdade de informação.

Os pressupostos implícitos na teorização de F. H. Cardoso se harmonizam com os cânones do pensamento liberal e avançam talvez naquele momento, no terreno da social-democracia ao propor reformas que vão na direção de um capitalismo democrático socialmente mais equilibrado. A sua posição, bastante avançada no contexto autoritário em que se vivia, de que o Estado deveria se abrir aos conflitos da sociedade civil, de que deveria ser capaz de absorver a representação de interesses etc., pressupõe realmente uma conflitualidade social que exige canais de expressão só possíveis com as liberdades políticas que o regime tolhia. F. H. Cardoso não se esquece de incluir em seu projeto de democratização a sugestão de ampliar a participação política. Entretanto, o discurso da participação é muito amplo e pode conter, na verdade, propostas muito distintas. Assim, F. H. Cardoso propõe o “aumento da participação e do controle popular” sobre a gestão do Estado de forma genérica, embora tenha o mérito de ao menos levantar a questão. Ainda assim, suas propostas não contemplam as pautas de uma democracia participativa, mantendo-se nos marcos do pensamento liberal.

Ao que tudo indica, o discurso participativo de Fernando Henrique tem mais intuito polêmico e retórico, do que propositivo. Tratava-se de confrontar o discurso da “nova esquerda” que pega em armas para combater a ditadura, para as quais a alternativa era socialismo ou fascismo. Para F. H. Cardoso havia uma democracia possível no interior do novo capitalismo dependente-associado, o qual era “autoritário”, mas não fascista e conservava em seu interior, em posição subalterna, mas importante, ideias e instituições características do liberalismo.

A discussão da questão da democracia por F. H. Cardoso está intimamente associada à caracterização que ele faz da sociedade brasileira e do regime autoritário, impondo a análise conjunta das três questões: caráter da sociedade, autoritarismo, democratização. Sua concepção de democracia está mais próxima da ideia republicana de “governo equilibrado” do que da noção mais propriamente democrática de governo popular.

A noção de “conflito”, entretanto, o aproxima da versão mais democrática do republicanismo, aquela associada ao nome de Maquiavel. Montesquieu já elaborara a noção de “governo misto”, uma forma de governo que equilibra o poder do monarca, da nobreza e do “povo” (burguesia). Daí partem os Federalistas para avançar a ideia de uma república aberta à participação popular, mas sem que esse elemento popular de fato possa deliberar ou governar, delegando tais funções a um conjunto ou sistema complexo, constituído pela instituição que viria a ser chamada “presidência imperial”, juntamente com as duas casas do Parlamento (Câmara de Representantes e Senado), e a Suprema Corte.

Cardoso e outros (Weffort, nomeadamente) são muito críticos em relação ao regime democrático do passado recente (1946-1964), chamado *populista*. Em nosso entendimento, as bases reais da “democracia populista” haviam sido suprimidas pelo trabalho da história. Não mais existiam: a) um Estado desenvolvimentista de massas, perseguindo o objetivo de um capitalismo nacional autônomo. b) uma burguesia nacional ligada ao mercado interno, dispondo de laços ainda débeis com o capital monopolista estrangeiro e dependendo de apoio fiscal, crédito e alfandegário do Estado; c) uma classe operária tutelada pelo Estado, com uma organização sindical de moldes corporativos. Tais bases haviam sido destruídas, especialmente durante a “restauração Kubitschek” (a expressão é de F. de Oliveira) e mais drasticamente nos anos do “milagre” da ditadura militar.

Francisco de Oliveira (1989, cap. 3) mostra que no segundo governo Vargas estava em vias de se concretizar um padrão de acumulação que correspondia ao objetivo de consolidar um tipo de capitalismo mais enraizado numa indústria nacional (estatal e privada) com elevado grau de autonomia face ao capital transnacional, resultante, entre outras medidas, da nacionalização da produção de bens intermediários.

O novo padrão de acumulação que começa a se gestar no período Kubitschek e se consolida com o “milagre”, dá origem a uma nova classe operária, por seu modo distinto de inserção num processo produtivo mais moderno e em relações de trabalho correspondentes. Surge, concomitantemente, um novo estilo sindical que rompe com as práticas *populistas* nessa área e dá ênfase às relações industriais e à organização pela base (Humphrey, 1982). Tratava-se, também, de uma nova geração de operários que não tinha vivido a experiência do janicismo e do trabalhismo, experiência cuja continuidade fora interrompida nos anos de repressão.

É preciso levar em conta que, de certa forma, F. H. Cardoso aproxima-se pela amplitude de sua abordagem, pela capacidade de generalizar, pelo hábito de referir-se ao Brasil de uma perspectiva panorâmica dessa linhagem de pensadores sociais (entre os quais se incluem um Gilberto Freyre, um Sérgio Buarque de Holanda e outros, que Carlos Guilherme Mota) chamou “explicadores do Brasil”⁹.

O próprio FHC não se autointerpreta dessa forma. A geração uspiana com a qual conviveu em seus anos de formação busca conscientemente se afastar do “ensaísmo” típico dos “explicadores do Brasil”. Em depoimento, ele disse: “A preocupação central era com o discurso científico, procurando afastar-se da ‘ideologia’, enfatizando a pesquisa empírica” (Sorj, 2001, p.14).

Sorj observa que nem sempre essa tentativa de distanciamento obteve êxito. É compreensível que a geração do “Seminário de Marx” procurasse demarcar seu território, como reconhece implicitamente Florestan Fernandes, de uma geração mais velha (Sorj, 2001, p. 18-19). Porém, é inegável que a chamada “escola uspiana” inaugurou um novo estilo de fazer ciência social, preocupado com o rigor metodológico, com a pesquisa empírica, com o uso criterioso dos conceitos, com a coerência teórica. E relativamente distanciada dos embates ideológicos que marcavam a produção dos intelectuais do ISEB ou dos “marxista-leninistas”. Isso, todavia, não os livrou da “ideologia” porque esta não pede licença para se instalar mesmo nos discursos mais ascéticos.

É assim que essa postura dos intelectuais uspianos não os poupou de absorver certos pressupostos “ideológicos” de um Sérgio Buarque e, indiretamente, de um Gilberto Freyre¹⁰.

Em muitos dos seus artigos Cardoso adota um tom propositivo, sob a forma de recomendações à oposição democrática, de sugestões para a reforma do regime ou, por vezes, de conselhos aos setores mais “esclarecidos” (“liberais”) do bloco no poder.

Polemizando contra o marxismo tributário dos esquemas analíticos da III Internacional e de outras correntes¹¹, assinala que a dependência não gera

⁹Carlos Guilherme Mota (1977, p. 30) refere-se aos “explicadores do Brasil”, sublinhando seu vezo generalizante, a dificuldade de enquadrar sua produção num ramo específico de conhecimento e sua sagacidade em introduzir noções ideológicas por sob as aparências de um tratamento científico. Escrevendo numa era de “conflitos radicais” esse autor talvez tenha sublinhado com certo exagero as rupturas entre a geração dos “ensaístas” e a que lhe seguiu.

¹⁰Veja-se o texto provocante de Jessé Souza (2015) realçando em particular as continuidades entre uma geração e outra.

necessariamente estagnação econômica ou imobilismo social. Ao contrário disto, tem havido um processo real de desenvolvimento¹², embora contraditório.

Em “Os mitos da oposição (I)”¹³, primeiro de dois artigos que se tornaram célebres pela contundência em apontar equívocos de setores da esquerda, inicia observando que o desenvolvimentismo, tão execrado nos anos 1950, agora é ideologia de Estado. Tal mudança na fraseologia e na ideologia do mundo oficial e dos setores dominantes, assegura, deve ter alguma relação com o que ocorre na vida real. Mas, as oposições disso não se apercebem aferradas a mitos antigos. Para elas o divisor de águas continua a se dar entre o estatismo desenvolvimentista, de um lado, e as formas tradicionais de dominação imperialista, de outro.

O imperialismo, na visão da esquerda, tendo vencido o confronto em 1964, conservaria a estagnação, o atraso e o imobilismo social. F. H. Cardoso aponta que, ao contrário disso, temos desenvolvimento, associação entre capitais multinacionais, o Estado e empresas locais, mobilidade social no quadro de uma “sociedade aberta” e expansão do mercado interno. Tudo isso, ele não deixa de mencionar, sob a égide do capitalismo dependente e de repressão política interna.

O desenvolvimento dependente, embora seja concentrador de renda produz um “simulacro da sociedade de consumo de massas” e cria novas aspirações entre a população. A solução não seria substituir o regime vigente por outro, estatista e chauvinista, e ainda mais autoritário. Frente a este quadro, a agenda da oposição deve mudar. Propõe que se leve em conta a “ânsia de consumo” das massas urbanas e se substitua o anti-imperialismo formal pela discussão sobre a desigualdade social, a liberdade e formas de participação política.

Seguindo a mesma linha do artigo anterior, em “Os mitos da oposição (II)”¹⁴, F. H. Cardoso continua criticando a oposição de esquerda, porém, em particular, no subtexto, a esquerda armada. Inicia o artigo apontando o caráter contraditório do capitalismo brasileiro. Isto viria de longe, desde a época colonial, quando o arcaísmo

¹¹F. H. Cardoso não o diz explicitamente, mas tudo indica que estivesse se referindo à esquerda marxista mais “ortodoxa” (linha política do PCB) e aos estruturalistas cepalinos. Para uma discussão das correntes “estagnacionistas”, veja-se Guido Mantega (1984). Para uma discussão provocante sobre as relações entre o pensamento estruturalista (o furtadiano em especial) e o pensamento econômico marxista no Brasil, veja-se o ensaio de Francisco de Oliveira (1997).

¹² F. H. Cardoso considera supérflua a discussão, muito em voga entre os cientistas sociais latino-americanos nos anos 1960/1970, sobre a alternativa desenvolvimento/crescimento. Alegando seguir a análise de Marx em O Capital, considera que o desenvolvimento ocorre quando há acumulação de capital e diferenciação da estrutura produtiva. Neste sentido, o Brasil dos militares, em sua perspectiva, exibe um processo de desenvolvimento sem precedentes em sua história.

¹³ Opinião nº 16, 19 a 26/02/1973.

¹⁴ Opinião nº 22, 02 a 09/04/1973.

do tráfico negreiro, da escravidão e do colonialismo sustentaram primeiro a acumulação de capitais no período mercantil e, depois, a revolução industrial. No presente, as desigualdades sociais e regionais e a pobreza urbana e rural, se combinam com os bolsões de prosperidade urbana e a abundância que beneficia apenas alguns segmentos.

A oposição [ao regime] apostou na estagnação econômica e na imobilidade social, supondo que a miséria, o atraso do campo e a marginalidade urbana bloqueariam o crescimento urbano-industrial e a estabilidade social. Como, segundo essa visão, o capitalismo brasileiro seria incapaz de avançar e a fraqueza da sociedade civil impediria a atuação política das massas urbanas, as transformações viriam do campo e dos “núcleos políticos exemplares” que se enfrentariam diretamente com o Estado. Diante disso, sugestivamente, ele propõe “abandonar o mito da inviabilidade da participação”.

Para F. H. Cardoso, se a tecnologia, o capital financeiro e a comercialização externa constituem o campo de ação das grandes empresas multinacionais, não deixa de haver associação entre o capital estrangeiro, o Estado e empresas locais, expansão do mercado interno nos marcos de um capitalismo dependente, e mobilidade social no âmbito de uma “sociedade aberta”.

Embora a “nova dependência” não tenha eliminado completamente os velhos mecanismos de exploração imperialista, introduziu novos elementos na relação entre países centrais e periféricos e criou um quadro novo. As empresas imperialistas passaram a explorar diretamente o mercado interno dos países dependentes e se associaram às empresas locais, tanto as privadas como as do próprio setor produtivo estatal.

O imperialismo assegura Cardoso, agora está associado ao esforço de desenvolvimento dos países dependentes. Não pode ser considerado mais um fator que entrava a industrialização ou impede o crescimento do mercado interno. Neste sentido, o nacionalismo, que ainda encontra abrigo no programa do MDB e na plataforma da esquerda, é uma ideologia “de outra época”. O quadro internacional dos anos 1970 e a forma de inserção das economias dependentes na nova ordem mundial tornaram esse nacionalismo obsoleto, inadequado, sem apoio real para se constituir em alternativa política. Tanto o Estado como o capital nacional se associam crescentemente ao capital estrangeiro. E a política das grandes potências é de incentivo ao esforço de desenvolvimento dos países dependentes. Óbvio,

ênfatiza, esse modelo gera novas distorções: endividamento externo, dependência financeira, tecnológica e comercial e agrava as desigualdades internas, beneficiando mais uns setores que outros.

Além disso, para Cardoso as mudanças nos anos 1970 na ordem política e econômica internacional tornaram caducas as motivações que deram origem ao regime autoritário. Essas mudanças possibilitam a armação de outro esquema de integração econômica e de formas políticas mais abertas e adequadas a uma sociedade moderna, altamente industrializada e com uma base social pluralista.

Em sua análise da situação internacional ele enquadra o Brasil em um contexto mais amplo: realinhamento econômico, com o fim dos acordos de Bretton Woods e dos instrumentos de regulamentação do comércio mundial; degelo da Guerra Fria; questionamento da hegemonia das duas superpotências; desagregação do bloco socialista; tentativa das empresas transnacionais em se constituírem em atores políticos; fragmentação do Terceiro Mundo, em que uma parte vai constituir um “mundo dois e meio”, com alguns países do Segundo Mundo, enquanto outra parte resvala para a zona sombria de um Quarto Mundo.

Em sua visão, países como o Brasil redefinem suas posições face ao confronto USA/URSS; o equilíbrio interno de poder e os objetivos externos desses países não são os mesmos de quando a Guerra Fria tinha uma definição clara. Isso abre espaço para novas alianças em nível internacional, com possibilidades econômicas mais vantajosas para as nações periféricas. Ao nível interno, o modelo de crescimento baseado nas exportações e no “arrocho salarial”, para atrair capital estrangeiro, “fez água”, face às mudanças no comércio mundial e às pressões sociais internas. Cumpriu-se uma etapa do processo de acumulação, com o fim do “milagre”, e o governo procura reverter a economia, articulando novos mecanismos de acumulação, ou reorientando os antigos para outros setores, e delineando um programa de investimentos em bens de capital, siderurgia e setor energético. Isto exige uma “forte articulação entre indústria local, Estado e as multinacionais”.

Tais diretrizes ganhariam corpo nas formulações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que constituiu uma tentativa de aprofundar o processo de industrialização, tornando o país relativamente autônomo em bens de capital e tecnologia básica. Como se sabe, os objetivos ambiciosos do II PND foram abandonados, em virtude de dificuldades relacionadas com a recessão mundial e a

crise do petróleo. Foi, sem dúvida, o último ensaio da ditadura para dotar o país dos requisitos necessários à ideologia de grandeza (“Brasil-potência”) proclamada pelos militares. A estratégia do II PND consistia em superar o subdesenvolvimento e reorientar o crescimento da economia, mudando a ênfase que vinha sendo dada desde meados dos anos 50 ao setor de bens duráveis de consumo para o setor de insumos básicos e bens de capital. Embora a equipe econômica do governo Geisel procurasse ativamente a participação do setor privado na execução do plano, a estratégia adotada privilegiava o setor produtivo estatal.

Como disse Carlos Lessa (1985, p. 38), o II PND “colocava no palco da industrialização brasileira, a grande empresa estatal”. Antonio Barros de Castro complementa: “Os gigantescos investimentos, a cargo do sistema “Eletrobrás, da Petrobrás, da Siderbrás, da Embratel e de outras empresas públicas eram, a rigor, o sustentáculo do programa” (CASTRO, 1985, p. 38). Este último autor considera que o II PND alcançou, em grande medida, os seus objetivos econômicos, permitindo que o país superasse a crise cíclica que se aproximava e sustentasse o crescimento da economia na década de 1970. Parcialmente abandonado na gestão seguinte, do presidente João Figueiredo, o II PND deixou de cumprir a estratégia social de promover a redistribuição de renda. O privilégio dado à empresa estatal foi um inegável fundamento real para a campanha contra a “estatização” da economia desencadeada pela burguesia industrial e pela oposição liberal em 1974. Ao mesmo tempo, a reivindicação por democracia ficava subordinada, na perspectiva da burguesia, à necessidade de “liberdade econômica” que o regime aparentava limitar.

Segundo F. H. Cardoso, a campanha contra a “estatização da economia”, com grande apoio do jornal O Estado de S. Paulo, expressa um “estatismo fantasmagórico”, provindo dos “setores mais cegos do empresariado”, daqueles grupos econômicos que não fazem mais parte dos “focos estratégicos de desenvolvimento” e tentam obter a qualquer custo “um lugar sob o sol do Estado”. Essa posição de Cardoso conflita com a observação mais sensata de J. A. Guilhon Albuquerque, que atribui a campanha contra a “estatização da economia” ao interesse do grande capital internacional em penetrar em setores ocupados pela empresa estatal, em particular a Petrobrás¹⁵. Deve-se acrescentar que, além do grande capital multinacional, o grande capital nacional associado às multinacionais,

¹⁵ José Augusto Guilhon de Albuquerque, “Liberalismo econômico e liberalismo político”. Opinião nº. 137, 20/06/1975.

também seria o maior interessado em conter e limitar o apetite expansionista da grande empresa estatal.

Fernando Henrique Cardoso aponta o processo de formação de um novo patamar de acumulação que traria desdobramentos político-sociais acerca dos quais não seria possível, naquele momento, fazer previsões. Entretanto, esse novo patamar de acumulação vinha se constituindo desde meados dos anos 1950 e suas implicações político-sociais eram visíveis, para dar um exemplo marcante, no novo sindicalismo do ABC paulista e de outras regiões industriais do país. Apontando para a complexidade da sociedade civil, F. H. Cardoso identifica como principal tarefa política “ajustar os objetivos do Estado aos da nação”. Para ele a nação de que se fala não é constituída apenas pelas “classes produtoras”, mas “compõe-se por um povo de trabalhadores, por uma população agrícola, por técnicos e intelectuais, por funcionários, empregados etc.”.

Em artigo que discrepa da linha dominante em suas análises, F. H. Cardoso indica que as mudanças estruturais que atingem a ordem econômica internacional abrem espaço para pensar em um novo modelo civilizatório, uma “nova utopia”, que não seria socialista (esse sistema, segundo sua avaliação, já teria encontrado seus limites históricos), nem terceiro-mundista ao velho estilo nacional-estatista, mas combinaria a racionalidade técnico-econômica do capitalismo com a valorização de temas comunitários próprios às velhas civilizações¹⁶.

Humphrey (1982) evidencia que a “nova classe trabalhadora” do ABC paulista, ao contrário do que supunham certos analistas, não constituía uma elite privilegiada, mas estava submetida a mecanismos de controle e a um regime de trabalho opressivo. Assim, justamente no setor industrial que operava com tecnologia avançada, a exploração capitalista não pode ser explicada apenas pela substituição da mais-valia absoluta pela mais-valia relativa. Embora essa última forma de obtenção de mais-valia seja específica ao capitalismo (como enfatiza Cardoso), não elimina a exploração e a opressão e sequer significa que a mais-valia absoluta deixou de ser um elemento da apropriação do sobretrabalho.

A aceleração dos ritmos de trabalho e o controle de tempos e movimentos próprios ao taylorismo, além do envolvimento do trabalhador com os objetivos e valores da empresa, próprios ao toyotismo, são formas de também incrementar a

¹⁶Entretanto, em “Por um outro desenvolvimento”, capítulo publicado em Cardoso (1980 [1977]) ele desenvolve essa temática. A meu ver, esse é um ponto fora da curva na trajetória intelectual de Cardoso.

mais-valia absoluta obtendo mais rendimento do trabalho numa mesma fração de tempo em condições médias de tecnologia.

Enfim, estratégias gerenciais – pressão do grupo, fixação de metas de produtividade etc. – ou o “despotismo” do capital, aumentam o rendimento do trabalho sem mudanças tecnológicas no processo produtivo. Mais-valia absoluta e relativa não são apenas etapas históricas da exploração do trabalho no capitalismo, são também modos combinados de extração do mais valor.

Para Humphrey, as limitações impostas pela legislação corporativa do trabalho imposta durante o Estado Novo foram rompidas pela própria organização dos trabalhadores durante a vigência da Constituição [relativamente] democrática de 1946, propiciando que os trabalhadores agissem com independência dos seus tutores estatais e patronais. Essa mudança, obstada durante o governo autoritário de Dutra, foi possibilitada durante o segundo governo Vargas, marcado por uma coalizão de forças que apostou no desenvolvimento capitalista nacional supostamente “autônomo”.

Entretanto, na medida em que o modelo de organização sindical permaneceu ainda assim condicionado ao corporativismo estatista e as estratégias políticas do sindicalismo submetidas ao nacionalismo capitalista, ou à perspectiva da “revolução democrático-burguesa”, os trabalhadores organizados ficaram vulneráveis à ofensiva de direita e não estenderam a organização sindical ao novo setor privado moderno, “dependente-associado”, que, assim, não se mobilizou contra o golpe de Estado (cf. Humphrey, 1982, passim).

A possibilidade de um “desenvolvimento capitalista nacional autônomo” ganhou foros de realidade entre os anos 1930-1950, a chamada “Era Vargas”. O curto e denso período Kubistchek sepultou esse sonho. Francisco de Oliveira teorizou essa transição numa obra pouco divulgada (OLIVEIRA, 1977). O que tornou viável a reconciliação entre dependência & desenvolvimento [ou imperialismo & desenvolvimento] foi a reconstrução econômica do capitalismo pós-Segunda Guerra. Se nos anos 1945-1955 o Plano Marshall recuperou as economias europeias (e a japonesa), combatidas pelo desastre da Guerra, Juscelino promoveu o Plano Marshall à brasileira, atraindo o capital estrangeiro para o setor de bens de consumo duráveis, utilizando a infraestrutura construída na Era Vargas (1937-1955) e investindo pesadamente na infraestrutura rodoviária e urbana que iria viabilizar a revolução do automóvel. Isso, por um lado, evidencia os limites do sonho

nacionalista (F. de Oliveira diz que o capitalismo nacional era viável até 1955) e mostra que a industrialização pesada não era um óbice absoluto aos interesses do grande capital internacionalizado.

Retrospectivamente, isso daria razão a FHC quando este frisa o caráter internacionalizado do desenvolvimento capitalista. No entanto, dizer que o desenvolvimento capitalista do pós-guerra se fundamenta na mais-valia relativa e que a mais-valia absoluta é típica da pré-história do capitalismo é não perceber que mais-valia relativa e absoluta não são conceitos antitéticos, mas faces de uma mesma moeda. Como fica demonstrado quase cinquenta anos depois da publicação de *Dependência & desenvolvimento*, o capital, dependendo das condições técnicas e políticas, valoriza o diferencial de custo dos fatores (terra, força de trabalho, sistema fiscal, juros etc.) e combina habilmente as duas formas de mais-valia. Ou seja, por um lado, se a superexploração da mão de obra era produto do atraso do nosso capitalismo, da fraqueza do desenvolvimento capitalista interno e das próprias fragilidades da classe trabalhadora; por outro lado, o simples desenvolvimento sem democracia, embora complementasse o sistema industrial através da consolidação do departamento de bens de capital, não significaria menos desigualdade, mesmo que a sociedade fosse mais rica.

Todavia, o papel de Fernando Henrique Cardoso não pode ser subestimado. A ele (e muitos outros, embora ele o fizesse com rara elegância) coube acentuar as inconsistências teóricas das diversas correntes que dirigiam intelectualmente as lutas populares dos anos 1950/1960 e propor, em seu lugar, a convivência pacífica com a ordem capitalista-dependente, abrindo espaço para a organização e expressão dos “grupos de interesse” no terreno da democracia competitiva, enquadrada num Estado de Direito Democrático aberto às lutas das classes trabalhadoras e médias por redistribuição do produto social, sem questionar o modo de produção capitalista mundialmente constituído que, àquelas alturas, já dava sinais definitivos de que venceria o grande conflito ideológico, econômico e político da Guerra Fria¹⁷.

Cardoso, da mesma forma que outros intelectuais da Escola Uspiana que escrevem no jornal, celebra as exéquias solenes do ideário de esquerda dos anos

¹⁷Escrevendo sobre a União Soviética, diz Hobsbawm (1995, p. 457): “Na verdade, na década de 1970 era claro que não só o crescimento econômico estava ficando para trás, mas mesmo os indicadores sociais básicos, como o da mortalidade, estavam deixando de melhorar. Isso minou a confiança no socialismo [...]”.

1950/1960: “populismo”, nacionalismo, anti-imperialismo, revolução democrático-burguesa, mas, ao mesmo tempo, retiram do horizonte o espectro incômodo da revolução socialista.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Tomando partido, formando opinião:** cientistas sociais, imprensa e política. São Paulo: Sumaré, 1992.

CARDOSO, F.H. **As ideias e seu lugar:** ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980. Cadernos CEBRAP nº 33.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970 [1969].

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional:** o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 [1961].

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

CARDOSO, Fernando Henrique. Os regimes autoritários na América Latina. In: COLLIER, D. (org.). **O novo autoritarismo na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, F. E. Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do Estado. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo.** São Paulo: Hucitec, 1979.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Espec. Parte III – O desmoronamento, p.393-562.

HUMPHREY, V. John. **Fazendo o ‘milagre’:** controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes, 1982.

KENSKI, Vani Moreira. **O fascínio do Opinião**. Campinas: 1990. 2 v. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da UNICAMP.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

LENINE, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 575-671.

LESSA, Carlos. A estratégia do desenvolvimento 1974-1976. Sonho e fracasso. In: CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LÖWY, Michael. **A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo; Petrópolis: Polis; Vozes, 1984.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira; 1933-1974**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1977.

O`DONNELL, Guillermo. **Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários**. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 5ª. edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. **Novos Estudos**, 48, julho 1997, p. 3-19.

PARAMIO, Ludolfo. Agonia e morte de duas ditaduras: Espanha e Brasil. In: MOISÉS, J. A. e GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 49-68.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo: Da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.